

# ÉTICA MÉDICA E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

*Data de aceite: 26/09/2024*

### **Dara Maria Pontes Gomes**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas  
e da Saúde do Piauí, Brasil  
Instituto de Educação Superior do Vale do  
Parnaíba, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0009-0012-8753>

### **Katielle Mascarenhas Rocha**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas  
e da Saúde do Piauí, Brasil  
Instituto de Educação Superior do Vale do  
Parnaíba, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-3433-4327>

### **Karina Lourana Oliveira de Quadros**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas  
e da Saúde do Piauí, Brasil  
Instituto de Educação Superior do Vale do  
Parnaíba, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0005-7087-8374>

### **Luis Fernandes de Sousa Santos**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas  
e da Saúde do Piauí, Brasil  
Instituto de Educação Superior do Vale do  
Parnaíba, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-1810-4687>

### **Rômulo de Moraes Lima**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas  
e da Saúde do Piauí, Brasil  
Instituto de Educação Superior do Vale do  
Parnaíba, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-7221-3281>

### **Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas  
e da Saúde do Piauí, Brasil  
Instituto de Educação Superior do Vale do  
Parnaíba, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-8090-754X>

**RESUMO: INTRODUÇÃO:** No contexto contemporâneo da prestação de serviços de saúde, a interseção entre ética e judicialização emerge como um campo de estudo e debate de suma importância. A judicialização da saúde é caracterizada pela busca por acesso a tratamentos e medicamentos por meio do sistema judiciário, algo que tem se tornado cada vez mais frequente em diversos países, desencadeando uma série de questões éticas, legais e socioeconômicas. A ética, que busca compreender os princípios morais que guiam o comportamento humano, desempenha um papel fundamental na análise crítica da judicialização da saúde. Neste contexto, questões como equidade, justiça distributiva, autonomia do paciente, responsabilidade do Estado e sustentabilidade do sistema de saúde surgem como pontos de conflito e requerem

um debate aprofundado. **OBJETIVO:** Analisar de forma integrativa a relação entre ética médica e judicialização da saúde, buscando compreender os desafios éticos e as implicações para a prática clínica e para o sistema de saúde como um todo. **METODOLOGIA:** O presente estudo adotará uma abordagem de revisão narrativa da literatura, conduzida por meio de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde e foram incluídos artigos completos em inglês ou português, disponíveis online, de 2013 a 2014. Após análise do resumo e texto completo, os estudos foram fichados e caracterizados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise das interações entre o direito da saúde e a ética médica revela a complexidade subjacente a essas áreas de estudo e prática. Esta pesquisa demonstra que, embora ambas desempenhem papéis vitais na prestação de serviços de saúde e na tomada de decisões clínicas, existem lacunas e desafios significativos que requerem atenção e resolução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança do Paciente; Judicialização da Saúde; Erro médico; Revisão integrativa.

## MEDICAL ETHICS AND HEALTH JUDICIALIZATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

**ABSTRACT: INTRODUCTION:** In the contemporary context of healthcare provision, the intersection between ethics and judicialization emerges as a field of study and debate of utmost importance. Health judicialization is characterized by seeking access to treatments and medications through the judicial system, something that has become increasingly common in various countries, triggering a series of ethical, legal, and socioeconomic issues. Ethics, which seeks to understand the moral principles that guide human behavior, plays a fundamental role in the critical analysis of health judicialization. In this context, issues such as equity, distributive justice, patient autonomy, state responsibility, and healthcare system sustainability emerge as points of conflict and require in-depth debate. **OBJECTIVE:** To integratively analyze the relationship between medical ethics and health judicialization, seeking to understand the ethical challenges and implications for clinical practice and the healthcare system as a whole. **METHODOLOGY:** This study will adopt a narrative literature review approach, conducted through exploratory and descriptive research. The search was conducted in the Virtual Health Library, and full articles in English or Portuguese, available online, from 2013 to 2014 were included. After analyzing the abstract and full text, the studies were cataloged and characterized. **FINAL CONSIDERATIONS:** The analysis of interactions between health law and medical ethics reveals the complexity underlying these areas of study and practice. This research demonstrates that, although both play vital roles in healthcare provision and clinical decision-making, there are significant gaps and challenges that require attention and resolution.

**KEYWORDS:** Patient safety; Health Judicialization; Medical error; Integrative review.

## INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo da prestação de serviços de saúde, a interseção entre ética e judicialização emerge como um campo de estudo e debate de suma importância. A judicialização da saúde é caracterizada pela busca por acesso a tratamentos e medicamentos por meio do sistema judiciário, isso tem se tornado cada vez mais frequente em diversos países, desencadeando uma série de questões éticas, legais e socioeconômicas. A ética, busca compreender os princípios morais que guiam o comportamento humano, desempenha um papel fundamental na análise crítica da judicialização da saúde. Neste contexto, questões como equidade, justiça distributiva, autonomia do paciente, responsabilidade do Estado e sustentabilidade do sistema de saúde surgem como pontos de conflito e reflexão (RODRIGUES, 2021).

Ao mesmo tempo, a judicialização da saúde reflete uma realidade na qual os pacientes recorrem aos tribunais como último recurso para garantir o acesso a tratamentos e medicamentos considerados essenciais para o seu bem-estar e sobrevivência. No entanto, essa prática levanta questionamentos éticos sobre a equidade no acesso aos recursos de saúde, a priorização de determinados grupos de pacientes em detrimento de outros e o impacto financeiro e organizacional nos sistemas de saúde pública e privada. Nesta revisão, serão abordados temas como os fundamentos éticos do direito à saúde, os dilemas éticos enfrentados pelos profissionais de saúde diante de demandas judiciais, as implicações éticas da alocação de recursos limitados em sistemas de saúde e os desafios éticos e práticos de conciliar os princípios de justiça e equidade com as demandas individuais por tratamento (MOLINA, 2020).

Nos últimos anos, a judicialização da saúde tem emergido como um fenômeno complexo e multifacetado, desafiando as estruturas e os princípios éticos dos sistemas de saúde em todo o mundo. Este fenômeno é caracterizado pela crescente demanda de indivíduos e grupos por acesso a tratamentos médicos, procedimentos e medicamentos por meio de decisões judiciais, muitas vezes em face de supostas falhas do sistema de saúde em prover esses recursos de forma adequada e oportuna. A ética, como um conjunto de princípios morais que orientam o comportamento humano e as decisões sociais, desempenha um papel crucial na análise da judicialização da saúde. É importante questionar não apenas a legalidade das demandas judiciais, mas também a justiça, a equidade e a sustentabilidade das decisões que delas resultam (VIEIRA, 2020).

No meio desse debate ético está a tensão entre o direito à saúde, reconhecido como um direito fundamental em muitas legislações nacionais e internacionais, e os limites dos recursos disponíveis para atender a essa demanda crescente. Enquanto os defensores da judicialização argumentam que ela é uma ferramenta legítima para garantir o acesso igualitário aos cuidados de saúde, seus críticos alertam para os riscos de priorizar demandas individuais sobre considerações de saúde pública e equidade sistêmica. Além

disso, a judicialização da saúde também levanta questões éticas relacionadas à autonomia do paciente, à responsabilidade do Estado na provisão de serviços de saúde, à justiça distributiva na alocação de recursos e ao papel dos profissionais de saúde no cumprimento de seus deveres éticos em um contexto jurídico cada vez mais complexo (SANTANA, 2022).

Ao explorar essas questões, é importante visar sobre os dilemas éticos enfrentados pelos sistemas de saúde diante da judicialização crescente, examinando suas implicações para pacientes, profissionais de saúde, gestores públicos e a sociedade em geral. Através de uma análise crítica e reflexiva, este artigo visa contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam uma abordagem ética e equitativa para lidar com os desafios complexos apresentados pela judicialização da saúde. Por fim, é viável promover uma reflexão crítica e construtiva sobre os desafios éticos e sociais associados à judicialização da saúde, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a equidade, a justiça e a eficiência no acesso aos cuidados de saúde (SANTANA, 2022).

O objetivo da relação da ética médica com a judicialização em saúde é fornecer uma estrutura ética sólida para orientar a prática médica e as decisões judiciais relacionadas ao acesso a tratamentos e serviços de saúde. Por isso é importante promover equidade, assegurar a qualidade dos cuidados de saúde, proteger a autonomia do paciente, fornecer orientação ética e evitar conflitos de interesse.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo adotará uma abordagem de revisão narrativa da literatura, conduzida por meio de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Seu objetivo principal será analisar de maneira integrativa a interação entre ética médica e judicialização da saúde, com vistas a compreender os desafios éticos e as implicações para a prática clínica e o sistema de saúde como um todo. Buscou-se, assim, fomentar a reflexão crítica sobre o tema em questão, visando à elaboração de diretrizes que possam contribuir para a modificação da realidade atual, especialmente no contexto da Atenção Básica.

Para tanto, os resultados obtidos serão apresentados de forma qualitativa, baseados em informações provenientes de fontes secundárias de revisão bibliográfica. Essa metodologia foi empregada com o propósito de agregar conhecimentos relevantes que tenham impacto social no âmbito da ética médica e da judicialização da saúde. Compreendendo a apresentação de conceitos, a análise de problemáticas metodológicas, bem como a avaliação de evidências e teorias disponíveis na literatura pertinente ao tema em estudo.

Para conduzir a pesquisa bibliográfica, será utilizado o portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que abriga uma coleção abrangente de fontes de informação na área da saúde. Essa coleção é continuamente desenvolvida e atualizada por uma extensa Rede de Colaboração, sob a coordenação técnica e metodológica da BIREME. Dentro das bases de

dados da Coleção BVS, destacam-se: bases de dados internacionais e nacionais (do Brasil) sobre saúde em geral; bases temáticas de áreas especializadas da saúde; e recursos educacionais, como o Campus Virtual em Saúde Pública (CVSP). Além disso, serão utilizadas bases de dados eletrônicas como: Scientific Electronic Library Online - SciELO; Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde - Lilacs; U.S. National Library of Medicine (PubMed); e o Google Acadêmico. Esses recursos proporcionarão uma ampla variedade de fontes para a pesquisa e a análise necessárias para este estudo.

A revisão será conduzida através de bibliografias publicadas entre fevereiro de 2013 e abril de 2024. Para a busca dos artigos, empregou-se o operador booleano “AND” juntamente com os seguintes descritores: “Segurança do Paciente”, “Judicialização da Saúde”, “Erro médico” e “Revisão integrativa”, os quais foram verificados pelo DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e pelo MeSH (Medical Subject Headings). Assim, a pesquisa baseou-se na seguinte equação de busca: “(Segurança do Paciente) AND (Judicialização da Saúde) AND (Erro médico) AND (Revisão integrativa)”. Isso permitiu o uso de ferramentas disponíveis em cada banco de dados para selecionar as publicações de interesse, aplicando filtros de idioma, disponibilidade, tipo de estudo e tempo.

O planejamento da pesquisa envolveu o levantamento de dados secundários e a revisão da literatura, com o objetivo de verificar a compatibilidade dos artigos selecionados e sua relevância para o estudo. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: disponibilidade gratuita online, publicação nos últimos sete anos (2013 a 2024), e abordagem da temática em inglês ou português. Quanto aos critérios de exclusão, foram considerados: artigos anteriores a 2013 e aqueles que não abordaram integralmente a temática da revisão integrativa ou não apresentaram sua metodologia de forma clara.

Nesta temática, será elaborado um estudo dos artigos selecionados, possibilitando a realização de uma síntese dos dados obtidos por meio desses artigos. Esses dados serão expostos de maneira organizada e descritiva. Os resultados serão apresentados de forma qualitativa, permitindo uma análise crítica e sistemática. Isso viabilizará a observação, contagem, descrição e classificação dos dados, com o objetivo de consolidar o conhecimento produzido sobre o tema desta revisão bibliográfica Parte superior do formulário (SOUZA et al., 2010).

## OBJETIVOS

### Objetivo Geral

- Analisar de forma integrativa a relação entre ética médica e judicialização da saúde, buscando compreender os desafios éticos e as implicações para a prática clínica e para o sistema de saúde como um todo.

## Objetivos Específicos

- Identificar as principais questões éticas envolvidas na judicialização da saúde.
- Revisar a literatura existente sobre casos de judicialização da saúde e suas repercussões éticas.
- Avaliar o impacto da judicialização da saúde na equidade no acesso aos serviços e tratamentos médicos.
- Analisar as implicações éticas da judicialização da saúde para os profissionais de saúde.
- Investigar as relações entre os princípios éticos da medicina e os princípios jurídicos presentes nos casos de judicialização da saúde.
- Discutir o papel dos profissionais de saúde na promoção da ética e da justiça na gestão da judicialização da saúde.

## DISCUSSÃO

A ética médica, um campo essencial no contexto da prática médica contemporânea, focaliza-se nos princípios éticos que orientam a conduta dos profissionais de saúde no cuidado dos pacientes. Fundamentada em pilares sólidos, essa disciplina aborda questões complexas relacionadas ao respeito pela autonomia do paciente, beneficência, não maleficência e justiça. O respeito pela autonomia do paciente é central, exigindo que os médicos reconheçam e valorizem a capacidade do paciente de tomar atitude informadas sobre sua saúde. Em paralelo, a beneficência instiga os médicos a agirem sempre no melhor interesse do paciente, promovendo seu bem-estar. A não maleficência, por sua vez, orienta os profissionais a prevenir-se de causar danos aos pacientes, como por exemplo, danos físicos e danos psicológicos. Por fim, a justiça exige que todos os pacientes sejam tratados com equidade, sem discriminação. Além desses princípios, a ética médica aborda dilemas éticos específicos, como consentimento informado, confidencialidade do paciente, relação médico-paciente e questões relacionadas à pesquisa médica e ao final da vida. Os códigos de ética médica, elaborados por organizações profissionais e reguladoras, complementam esses princípios, fornecendo diretrizes detalhadas para a prática ética (COSTA,2020).

Em suma, a ética médica desempenha um papel crucial na promoção da integridade, confiança e qualidade do cuidado de saúde, garantindo que os médicos ajam com responsabilidade e respeito pelos direitos e dignidade de seus pacientes. A judicialização da saúde emerge como um fenômeno complexo e multifacetado, refletindo a interseção entre o sistema judiciário e o acesso à saúde. Este processo envolve a busca por assistência médica por meio de ações judiciais, frequentemente motivadas pela falta de acesso a tratamentos, medicamentos ou procedimentos médicos considerados essenciais pelos pacientes (COSTA,2020)

No âmbito desse debate, destacam-se questões como a equidade na admissão aos serviços de saúde, a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde e os limites do poder judiciário na formulação de políticas de saúde. Enquanto alguns enxergam na judicialização uma via para garantir o direito à saúde e a proteção dos direitos individuais dos pacientes, outros apontam para seus potenciais efeitos adversos, tais como o aumento dos gastos públicos com saúde e a interferência na autonomia dos profissionais de saúde e nas decisões políticas. A análise da judicialização da saúde demanda uma abordagem interdisciplinar, considerando aspectos éticos, legais, econômicos e sociais. Nesse contexto, é essencial promover o diálogo entre os diversos atores envolvidos, incluindo profissionais de saúde, juristas, gestores públicos e representantes da sociedade civil, visando encontrar soluções que conciliem o respeito aos direitos individuais dos pacientes com a sustentabilidade e eficiência dos sistemas de saúde (FREITAS,2020).

A judicialização da saúde tem sido um tema de crescente interesse, especialmente no que diz respeito aos processos jurídicos envolvendo erros médicos. Esses processos são complexos e geralmente surgem quando pacientes buscam reparação por danos resultantes de supostos erros ou negligência por parte dos profissionais de saúde. No início do processo, o paciente, ou seu representante legal, apresenta uma petição ao sistema judiciário, detalhando os eventos que levaram ao suposto erro médico, os danos sofridos e as reparações solicitadas. Os profissionais de saúde envolvidos têm a oportunidade de responder às alegações feitas, contestando-as e apresentando evidências em sua defesa. (FREITAS,2020).

Uma etapa crucial é a descoberta, na qual as partes trocam informações, incluindo registros médicos, depoimentos de testemunhas e relatórios de especialistas. Essa fase visa reunir evidências para ajudar a determinar os fatos do caso. Em alguns casos, as partes podem optar por resolver o litígio por meio de mediação ou negociação, buscando um acordo extrajudicial. Se isso não for possível, o caso é levado a julgamento perante um tribunal, onde as evidências e argumentos são apresentados, e um juiz ou júri decide o veredicto com base nas leis e provas.

É importante destacar que esses processos podem ser prolongados, complexos e emocionalmente desgastantes para todas as partes envolvidas. Além disso, as leis e procedimentos específicos variam de acordo com a jurisdição, o que pode influenciar o curso e o resultado desses processos. Portanto, a compreensão desses aspectos é essencial para uma análise aprofundada da judicialização da saúde e dos desafios associados aos processos jurídicos relacionados a erros médicos (AMARAL,2019)

De acordo com os dados estudados, discutimos os principais achados da revisão integrativa relacionados à intersecção entre a ética médica e a judicialização da saúde, considerando suas implicações éticas, legais e sociais. Os achados desta revisão revelam uma complexa teia de questões éticas e legais que envolvem a relação entre sistemas de saúde, profissionais médicos e pacientes no que diz respeito à judicialização da saúde.

Descobrimos que a crescente judicialização dos cuidados de saúde coloca desafios significativos aos profissionais médicos, que são frequentemente apanhados no dilema de ter de equilibrar as necessidades dos seus pacientes com os recursos limitados do sistema de saúde.

Nossa análise é consistente com estudos anteriores que destacam a crescente judicialização da saúde em diferentes contextos no Brasil e em outros países. Observou-se um aumento global no número de ações judiciais relacionadas ao acesso a tratamentos de saúde, medicamentos e procedimentos médicos. Esta tendência reflete uma série de questões sistêmicas, incluindo lacunas na cobertura dos cuidados de saúde, desigualdades socioeconômicas e expectativas crescentes dos pacientes. As conclusões desta revisão têm implicações importantes para a prática médica e para o desenvolvimento de políticas de saúde. Por um lado, os profissionais de saúde enfrentam o desafio ético de garantir cuidados ótimos aos pacientes, ao mesmo tempo que enfrentam restrições orçamentais e priorização de recursos. Por outro lado, a judicialização dos cuidados de saúde levanta questões sobre a equidade no acesso aos cuidados, destacando a necessidade de políticas que abordem as disparidades no sistema de saúde e promovam a distribuição equitativa de recursos (COSTA,2020)

É de suma importância reconhecer algumas limitações desta revisão abrangente. Primeiro, o número limitado de estudos específicos sobre ética médica e judicialização da saúde pode ter limitado a amplitude da nossa análise. Além disso, a heterogeneidade nos ambientes jurídicos e de cuidados de saúde entre os países pode afetar a generalização dos resultados. Com base nos achados e limitações, recomendamos que pesquisas futuras explorem mais profundamente as questões éticas enfrentadas pelos profissionais de saúde no contexto da judicialização da saúde. Ademais, é importante investigar o impacto das decisões judiciais na alocação de recursos e na equidade no acesso aos serviços de saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, a análise das interações entre o direito da saúde e a ética médica revela a complexidade subjacente a essas áreas de estudo e prática. Esta pesquisa demonstra que, embora ambas desempenhem papéis vitais na prestação de serviços de saúde e na tomada de decisões clínicas, existem lacunas e desafios significativos que requerem atenção e resolução. É fundamental reconhecer que a harmonização dessas áreas é essencial para garantir a proteção dos direitos dos pacientes, a integridade dos profissionais de saúde e a qualidade dos cuidados de saúde. Além disso, é importante ressaltar a necessidade de um diálogo contínuo e colaboração entre os profissionais de saúde, os juristas, os legisladores e os formuladores de políticas de saúde.

A judicialização da saúde, embora seja um meio de garantir o direito à saúde previsto na Constituição brasileira, vem crescendo significativamente, refletindo em efeitos

deletérios ao Sistema Único de Saúde. Por gerar despesas adicionais e de alto valor, exige a realocação dos recursos, comprometendo os interesses coletivos em detrimento de um pequeno grupo de indivíduos, o que resulta em desigualdade de acesso e potencialização das iniquidades sociais. Está amplamente associada ao aceite indiscriminado das solicitações e à falta de critérios de elegibilidade para tomada de decisão. Sofre pressões das forças mercantis farmacológicas e laboratoriais.

Associa-se, muitas vezes, a prescrições que favorecem o uso de novas terapêuticas, nem sempre com total segurança científica, refletindo a fragilidade do diálogo entre Judiciário e Executivo. A criação de comitês estaduais e municipais voltados à temática, bem como a mediação sanitária, têm sido propostas na perspectiva de contornar adequadamente o fenômeno.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Tarsila Costa do et al. Direito à saúde: Dilemas do fenômeno da judicialização da saúde. 2019.

COSTA, Kemily Benini et al. A judicialização da saúde e o Sistema Único de Saúde: revisão integrativa. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, v. 9, n. 2, p. 149-163, 2020.

FREITAS, Beatriz Cristina de; FONSECA, Emílio Prado da; QUELUZ, Dagmar de Paula. A Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 24, p. e190345, 2020.

MOLINA, Leandro Ribeiro; HOFFMANN, Juliara Bellina; FINKLER, Mirelle. Ética e assistência farmacêutica na atenção básica: desafios cotidianos. Revista Bioética, v. 28, p. 365-375, 2020.

RODRIGUES, Daniel dos Santos; LIMA, Jordão Horácio da Silva, et al. Judicialização da saúde, acesso a medicamentos e diálogos institucionais. 2021.

SANTANA, Fabian Serejo; SILVA, Jordan Souza. Judicialização da saúde e o fornecimento de medicamentos não aprovados pela Anvisa. Revista Missioneira, v. 24, n. 1, p. 45-59, 2022

SOUZA, M. T.; Silva, M. D. & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, 8(1), 102-6.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde no Brasil: Seus contornos, judicialização ea necessidade da macrojustiça. Texto para Discussão, 2020.